

BANGUERO, Harold; CABRA D.I; CHARRIA R.A.V. **Sistema de indicadores de gestión estratégica para instituciones de educación superior: un enfoque de menú flexible.** Cres - Sur Pacifico, dic. 2003.

CONSEJO NACIONAL DE ACREDITACIÓN. **Lineamientos para la acreditación de programas.** Bogotá, 2003.

CUAO. **Marco de acción social para la proyección social de la Corporación Universitaria Autónoma de Occidente.** Santiago de Cali, mayo 2000.

ENCUENTRO SISTEMAS DE SEGUIMIENTO Y EVALUACIÓN: Políticas, programas y proyectos sociales y ambientales. Memorias y ponencias. Bogotá, noviembre de 2002.

HERNÁNDEZ, Andrés; CÓRDOBA, Beatriz. **Enfoque de evaluación de impacto desde la perspectiva de capacidades y oportunidades.** Bogotá: CIDER, Universidad de Los Andes.

MALAGÓN, Rafael. **Hacia una nueva interpretación de la extensión universitaria.** *Revista Estadísticas e indicadores de la Universidad Nacional de Colombia.*

MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL (CO). **Competencias ciudadanas.** Bogotá, 2004.

_____. **Guía para la evaluación de condiciones mínimas de calidad para la creación y funcionamiento de los programas académicos de educación superior en Colombia.** Documento de trabajo, marzo 2004. Bogotá.

PEREZ, Luis. **H. Reflexiones sobre la proyección o extensión social de las instituciones de educación superior.** Discurso inaugural. In: TERCER ENCUENTRO NACIONAL DE EXTENSIÓN. Cali, oct 2003.

QUINTERO, Victor Manuel (Comp). **Proyección social de la universidad. Pertinencia y responsabilidad social de la Universidad de San Buenaventura.** Cali:UNESCO/IESALC, ago. 2002.

RUBIO, G.; PRENNUSHI G.; SUBBARAO, K. **Seguimiento y evaluación.** Borrador para comentarios, abr. 2000.

SANDOVAL DE ESCURDIA J.M; MUÑOZ. Richard M.P. **Los indicadores en la evaluación del impacto de programas.** Sistema Integral de Información y Documentación. Cámara de Diputados. Estados Unidos Mexicanos, oct. 2003

SEGUNDO ENCUENTRO NACIONAL DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. **Declaración final.** Bogotá, oct. 2002.

SEGUNDO ENCUENTRO NACIONAL DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. **Memorias y Ponencias.** Bogotá, octubre 2002.

SEN, Amartya. **Desarrollo y libertad.** Barcelona : Editorial Planeta, 2002.

TERCER ENCUENTRO NACIONAL DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. **Declaración Final.** Cali, 2003.

TERCER ENCUENTRO NACIONAL DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. **Memorias y Ponencias.** Cali, 2003.

UAO. **Dirección de Extensión. Portafolio de Productos y Servicios 2004.** Santiago de Cali, jun. 2004. Disponible en CDROM.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA. **Investigación: fundamento para la Universidad Nacional del Siglo XXI.** Bogotá. 1998

UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA. **La Institución.** Información General. Bogotá, oct. 2002

_____. **Proceso de autoevaluación académica e institucional de la función de extensión en la Universidad Nacional de Colombia.** Resumen Ejecutivo. Bogotá, ago. 2002

As organizações sociais em parceria com a universidade



Marcos Kisil

Professor Titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) - Instituto de Desenvolvimento e Investimento Social

A extensão é fundamentalmente a nossa capacidade de aplicar todo o que a universidade pode oferecer na solução de problemas, de maneira concreta, na mudança e na transformação da qualidade de vida das pessoas. Tive o privilégio de poder estar nessa área desde muitos anos, e tive a felicidade de poder fazer isso junto com a universidade. Desde os primeiros momentos da integração docente assistencial, que começou no âmbito da Faculdade de Medicina, depois se estendeu para as áreas de Ciências da Saúde e progressivamente foi-se estendendo para outras unidades da universidade. Em seguida, avançamos para a comunidade, ou a comunidade avançou para universidade, mas havia de ser um processo realmente de parceria entre a universidade, a comunidade e as organizações da sociedade civil. Começou a aparecer, então, essa figura da organização da sociedade civil, como alguma coisa que não era um município ou outra entidade social.

E eu não deixei de ser, ao longo desse processo todo, o indivíduo que teve o privilégio de acompanhar o Brasil na saída de um governo autoritário para um governo democrático. Fui um estudante na época do período duro do Brasil, um líder estudantil naquele momento e tínhamos sempre o sonho de que o Brasil podia se transformar. Tivemos o privilégio de acompanhar e ser parte, um pouco, dessa transformação. Hoje, como professor titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo tenho os mesmos dramas, os mesmos anseios dos colegas que aqui representam a universidade, seja como discentes, seja como docentes.

Nos últimos cinco anos, estou ajudando a concretizar muitos desses temas que a gente classifica como de responsabilidade social corporativa em que, de maneira voluntária, empresas e empresários começam a montar seus institutos, fundações, que abrem outro espaço na sociedade civil, que é a sociedade civil financiadora de ações sociais. Muitos desses financiadores jogam um papel protagônico extremamente importante na nossa sociedade.

Nesse processo, toda a grande questão que está por trás é: quando a gente olha a nossa sociedade, e olha o nosso mundo, estamos olhando a sociedade e o mundo com um olhar transformador ou estamos olhando com um olhar de *status quo*, de manutenção de *status quo*?

Nisso está todo o jogo: eu olho esse mundo como um mundo em que minhas atitudes e ações são paternalistas, assistencialistas? Ou eu estou criando chances para que o potencial de desenvolvimento de cada cidadão, de cada brasileiro e brasileira, se manifeste?

O que se viu ao longo desses anos foi uma grande, mudança: hoje encontra-se uma situação absolutamente diferente da situação que eu enfrentei há uns vinte, vinte e cinco anos atrás, quando comecei esse trabalho. Primeiro: hoje há uma pujante sociedade civil. Na nossa sociedade civil, estima-se em duzentos e sessenta mil as Organizações Não Governamentais (ONGs) pelo Brasil, um quarto das quais, seguramente, tem uma atividade muito importante. Hoje se fala muito mais em uma democracia participativa do que em uma democracia representativa. Fala-se muito mais de grupos sabendo atuar no processo político, tanto influenciando a tomada de decisão das políticas públicas, como estando envolvidos na implementação dessas políticas. Essa sociedade civil pujante veio crescendo, transformando-se em uma força social extremamente importante.

Segundo fator: o governo, principalmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, abriu mão do monopólio que ele sempre teve de achar que ação social era um problema de Estado. Quando se verifica na nossa Constituição, os diferentes capítulos sociais começam sempre com o mesmo artigo – o direito do cidadão é um dever do Estado – e nós sabemos que o Estado não consegue dar saúde, não consegue dar educação, não consegue dar saneamento. A partir de então, o governo, em um determinado momento, dá-se conta de que deve abrir para a sociedade os processos de parceria e os processos de ações complementares, para executar as políticas públicas. Começou com o *Programa Comunidade Solidária*, que era um exemplo de entidades públicas e privadas trabalhando juntos. No governo atual, o *Programa Fome Zero* foi lançado com o mesmo espírito de juntar setor público e privado em seus trabalhos. Então, não é um problema ideológico, é um problema de governo entender que precisa trabalhar com a sociedade civil.

E o terceiro momento, que me parece extremamente importante, foi quando as empresas e os empresários começaram a descobrir que os mesmos valores que utilizam no chamado empreendedorismo econômico, empreendedorismo de mercado, poderiam ser aplicados também no empreendedorismo social. Então, empresas e empresários passam a ser empreendedores sociais, agentes de transformação da sociedade e utilizar o dinheiro privado para poder fazer essas ações.

Esses três fatores nos levam a pensar que estamos vivendo um momento em que as oportunidades de transformação da sociedade estão aí para serem aproveitadas. Contudo, alguns atores não estão preparados para isso. Quer dizer, a gente está assistindo a esse deslum-

bramento da sociedade civil, existem muitas ONGs que não estão preparadas, ou seja, ainda existe debilidade no sistema: temos furos no sistema, temos corrupção no sistema e nem todas as organizações da sociedade civil trabalham corretamente.

O próprio governo tem sistemas de recaída, tem medo de perder poder para a sociedade civil e tenta tomar atitudes centralizadoras e atitudes de concentração. E há empresários que ficam sempre na cauda, trabalhando de acordo com a vontade do freguês, de quem está de plantão naquele momento, ou de acordo com aquilo que vai dar de mercado pra ele com relação ao produto que está vendendo. Então, não é mil maravilhas essa história, essa história não tem santo. Mas, felizmente, nesse processo nós estamos tendo exemplos que são dignificantes.

E a grande questão é: e o papel da universidade nessa história? Eu acho que a universidade se definiu como uma ação intra-muros. Existe um ranço, existe um estereótipo de a sociedade ver a universidade como uma ação intra-muros. Isso quer dizer: por mais esforço que tenha sido feito, por melhor que seja o trabalho de todos que se envolveram na extensão, a grande visão que se tem da universidade é que ela forma profissionais e faz pesquisas. Nós não conseguimos dar para a extensão o peso social que deveria ter. Tenho a sensação de que ainda vivemos um pouco esse ranço. A universidade ainda está muito intra-muros. E uma universidade intra-muros tem uma certa dificuldade de entender esses fenômenos que estão ocorrendo na sociedade. A universidade, que na verdade deveria chegar na frente, em alguns processos sociais está chegando atrás. Ela está chegando depois que os outros já estão fazendo coisas. Por exemplo, uma ação social que hoje é exemplar no nosso meio, um programa chamado Acelera, Brasil, do Instituto Ayrton Senna atua em vários Estados da federação. Em Pernambuco, há compromisso firmado entre governo do Estado, as prefeituras e cinquenta empresários que estão no Instituto de Empresariado, aplicando seis milhões de dólares, e estão trabalhando com uma tecnologia que foi forjada no interior desse instituto. No entanto, não existe nenhuma universidade ligada a esse programa, o Acelera, Brasil. O programa existe e a universidade não está participando dessa coisa muito viva e muito concreta.

Então, está acontecendo uma série de fenômenos em diferentes circunstâncias que a universidade não acompanha. E a minha justificativa é que a universidade está acostumada a trabalhar intra-muros. Pois quando se trabalha extra-muros é preciso abrir outro espaço de negociação, há de se despir de certos preconceitos. Outra coisa importante é que nós temos que entender que a questão social, mesmo quando se fala da extensão, a questão social ainda é uma questão de segunda classe. Quando se fala de extensão, fala-se de

processo produtivo, de incubadoras, de tecnologia etc. Isso tem um *appeal* que faz com que se incitem os engenheiros das escolas de engenharia, se incitem os indivíduos de marketing. Já o social não é um fator incitante, não é um fator que mobilize a comunidade universitária. Eu tenho a impressão de que nós ainda não conseguimos colocar o social na pauta da universidade. Todo mundo vai falar: bom, mas a universidade tem uma função social. Eu não tenho dúvidas sobre isso. Mas os problemas sociais não estão na pauta da universidade na intensidade que a sociedade brasileira requer.

Quando uma empresa cria um instituto, uma fundação, cria um tipo de organização doadora de recursos. Nós somos muito acostumados a pensar o recurso, principalmente na universidade pública, pensando nos recursos públicos. E quando se recebem recursos privados, de cada dez indivíduos envolvidos nove viram o nariz porque é um dinheiro privado e não é um dinheiro público. E nós perdemos muitas vezes oportunidades que essas entidades privadas estão dispostas a oferecer. O lado privado está muito preocupado com resultado. A universidade está muito mais preocupada com o processo. Nós passamos muito tempo pensando no processo que a gente vai montar, de ensino, de avaliação. O resultado, às vezes, é longo no nosso tempo, não são resultados imediatos. E quem trabalha no empresariado está preocupado com resultado urgente, está preocupado com a questão de prazos. Não é parte da cultura universitária o cumprimento de prazos. Acha-mos que isso é parte da liberdade científica, da liberdade acadêmica que nós temos. Então, esse é um problema bastante sério na relação com quem está acostumado a cobrar prazo, a cobrar resultado imediato das ações.

Nós montamos no nosso instituto um esforço muito grande que é de ajudar cada comunidade a criar o que a gente chama de um sistema local de investimento social privado. O Brasil é um país incrível. Nós somos um país que dá dinheiro a fundo perdido. Isso implica que se eu dou recurso a fundo perdido, eu me comporto só como um doador. Muita gente acha que na hora que fez o cheque para a creche ou para o não sei o quê, acabou seu papel de filantropo, de doador. Quando, na verdade, o cheque é o ponto de partida para se ser o investidor social, para se acompanhar o que aconteceu na história do seu dinheiro; o que aconteceu com a entidade para a qual se doou. E pode-se evoluir de ser um investidor social a um empreendedor social.

Finalizando, existem três coisas que eu gostaria de deixar como temas para se pensar. A primeira: a grande contribuição que realmente a gente poderia ter como extensão é saber qual o papel que se está fazendo para ajudar, apoiar e estimular o que chamo de líderes de transformação da sociedade. Nós não temos no Brasil,

eu repito, nós não temos no Brasil programas de oportunidades para capacitação, para dar apoio para o pessoal que hoje surge na liderança de diferentes instrumentos da sociedade. O Brasil não tem programas de liderança. E eu tenho a impressão de que a gente ainda tem um certo pavor de falar de líder porque a gente pensa nos líderes autoritários que nós tivemos. Mas não há ação que se realize sem um líder. Então, eu deixaria aqui um desafio, porque acho que é papel da extensão mexer com liderança.

A segunda coisa é a gente entender que conhecimento aplicado em problemas sociais dá valor agregado para a sociedade. E para que a gente entenda que existe valor agregado no que se faz no social, nós temos que fazer pesquisas sócio-ecomométricas sobre as ações sociais que a gente está fazendo. Eu não sei como medir qual foi o impacto dos meus projetos em desenvolvimento. Se a universidade não conseguir se debruçar e criar métodos e trabalhar essas idéias de estudos sócio-ecomométricos, acho que nós não temos muita chance.

O terceiro ponto a ressaltar é que se tem que trazer a extensão para o interior das discussões e da valorização da universidade. O fato da Capes não valorizar a extensão tem que ser confrontado frontalmente pela universidade e por quem faz extensão. Essa briga tem que ser uma briga das pró-reitorias de extensão.

Por que a parceria com a Universidade ?



Rosalina Batista

Trabalhadora Rural, representante da Associação das Mulheres Batalhadoras - Londrina, PR.

É uma responsabilidade muito grande, nesses vinte minutos, representar os movimentos sociais e, ainda, representar o movimento das mulheres. A gente vem conquistando, nas últimas décadas, algum espaço, mas ainda há que lutar muito porque ficamos com a responsabilidade de fazer, mas na hora de decidir ainda somos poucas as mulheres que estão dentro das políticas de decisão do país.

Eu queria falar sobre o que é a Associação das Mulheres Batalhadoras de Londrina. Na década de oitenta houve uma participação nos movimentos sociais, as mulheres se organizando para participar como sujeitas na história. E a gente trazia à discussão a discriminação das mulheres das periferias, como trabalhar a igualdade das mulheres na sociedade. Eu, pessoalmente, trabalhadora rural, como muitas mulheres, perdi em 1964 – acho que todo mundo que conhece a história do Paraná